



# CÂMARA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS-MG

CNPJ/MF: 20.571.501/0001-35

www.bonfinopolisdeminas.mg.leg.br

## PARECER CONJUNTO AO PROJETO DE LEI Nº 02/2025 COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, DE JUSTIÇA E DE REDAÇÃO, COMISSÃO DE GESTÃO PÚBLICA E COMISSÃO DE FINANÇAS, CONTAS, PATRIMÔNIO E ORÇAMENTO

### I - RELATÓRIO

De autoria da Mesa Diretora, o Projeto de Lei nº 02/2025, “*Revisa a remuneração dos servidores da Câmara Municipal de Bonfinópolis de Minas-MG.*”

Publicada, a proposição foi distribuída a essas Comissões, para análise e parecer único, de forma conjunta, nos termos do art. 191 do Regimento Interno, conforme despacho da Presidência da Câmara Municipal.

É, sucintamente, o relatório.

CÂMARA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS - MG	
Protocolo no livro próprio às folhas	63
Sob o nº	36/2025
às	13.20 Horas
Bonf.de Minas - MG	29/01/25
Servidor Responsável	[Assinatura]

### II - FUNDAMENTAÇÃO

No plano da competência legislativa, a proposição não contém vício, pois compete ao Município legislar sobre assuntos de interesse local, conforme disposto no artigo 30, I, da Constituição Federal.


Também não vislumbro óbice quanto à iniciativa, porquanto o impulso de matérias de que trata da remuneração dos servidores do Poder Legislativo é de iniciativa privativa da Mesa Diretora da Câmara Municipal, consoante previsto no artigo 56, inciso I, alínea “a” da Lei Orgânica do Município, nos seguintes termos:

Art. 56. São matérias de iniciativa privativa, além de outras previstas nesta Lei Orgânica:

I – Da Mesa Diretora da Câmara:

a) proposições de atos legislativos que disporá sobre a organização da Câmara, seu funcionamento, sua política de criação, transformação ou extinção de cargos, empregos e funções de seus servidores e fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na legislação”.

Conforme consta do art. 1º da proposta, a revisão geral é no percentual de 4,77% (quatro inteiros e setenta e sete centésimo por cento) e encontra-se em conformidade com o

Publicado no quadro de avisos da Câmara em  
29/01/2025 às 16:39 horas,  
e registro em livro próprio às folhas 58  
Sob o nº 028/25   
Servidor Responsável

## II - FUNDAMENTAÇÃO

Justam não obstante óbice quanto à natureza, propostos o seguinte de caráter de proposição legislativa das autoridades do Poder Legislativo é de natureza legislativa de caráter legislativo, conforme previsto no art. 6º, inciso I, da Lei nº 1.300/2012, que dispõe sobre o funcionamento do Poder Legislativo do Município de São João del-Rei.

De acordo com o art. 6º, inciso I, da Lei nº 1.300/2012, que dispõe sobre o funcionamento do Poder Legislativo do Município de São João del-Rei, a proposição legislativa de caráter legislativo é de natureza legislativa de caráter legislativo, conforme previsto no art. 6º, inciso I, da Lei nº 1.300/2012, que dispõe sobre o funcionamento do Poder Legislativo do Município de São João del-Rei.

Conforme consta do art. 6º, da Lei nº 1.300/2012, a proposição legislativa de caráter legislativo é de natureza legislativa de caráter legislativo, conforme previsto no art. 6º, inciso I, da Lei nº 1.300/2012, que dispõe sobre o funcionamento do Poder Legislativo do Município de São João del-Rei.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS-MG

CNPJ/MF: 20.571.501/0001-35

www.bonfinopolisdeminas.mg.leg.br

índice de revisão geral, relativo aos servidores municipais do Poder Executivo, que encontra-se em tramitação nesta Casa.

A revisão geral dos subsídios e vencimentos encontra-se prevista no inciso X do artigo 37 da Constituição Federal, nos seguintes termos:

*Art. 37. (omissis):*

*X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices; (destaquei).*

Com relação à estimativa do impacto financeiro e orçamentária a Lei Complementar Federal nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, dispensou a sua apresentação por tratar de direito constitucional, nos seguintes termos:

*Art. 17.*

*§ 6º O disposto no § 1º não se aplica às despesas destinadas ao serviço da dívida nem ao reajustamento de remuneração de pessoal de que trata o inciso X do art. 37 da Constituição.*

Assim sendo, a Estimativa de Impacto Financeiro e Orçamentário não se faz necessário no presente caso.

### III – CONCLUSÃO:


**ANTE O EXPOSTO**, opino pela constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 02/2025, por estarem presentes os aspectos constitucionais e legais e no mérito pela sua aprovação.

Sala das Comissões, 29 de janeiro de 2025.

  
Vereador **PROFESSOR GLAUBER LOSCHA**

Relator

	CÂMARA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS - MG SECRETARIA DAS COMISSÕES <b>DESPACHO</b> Aprovado (x) Rejeitado ( ) o voto do relator em único turno por (8) votos favoráveis ( ) votos contrários e ( ) abstenções. Sala de Comissões <u>29 / 01 / 2025</u>  PRESIDENTE DA COMISSÃO
--	---

	CÂMARA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS - MG SECRETARIA DAS COMISSÕES <b>DESPACHO</b> Dou por concluso nesta comissão o presente processo legislativo subam os autos à mesa diretora. Sala das Comissões <u>29 / 01 / 2025</u>  PRESIDENTE DA COMISSÃO
--	--